

Igreja detona campanha

FOLHA DE S. PAULO

Sábado, 14 de setembro de 1985 — POLÍTICA — 5

por Constituinte independente

PAULO DE MESQUITA

Redator da Folha



Constituinte

A Arquidiocese de São Paulo detona na próxima semana uma campanha de mobilização popular, apoiada principalmente nas oitocentas Comunidades Eclesiais de Base da região metropolitana, em favor de uma Constituinte separada do Congresso Nacional e eleita com a tarefa específica de elaborar a nova Carta Constitucional do País. Para o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, 64, é necessário, entretanto, que as "comunidades fiquem mobilizadas até a hora que termine a elaboração da Constituição e não apenas até a hora de decidir se a Constituinte será ou não separada do Parlamento", segundo expressou em entrevista exclusiva à Folha.

A Arquidiocese detonou a mobilização das comunidades, "conscientemente, achando que esta era sua obrigação: Acordar para a importância do momento histórico", disse d. Paulo. Na próxima semana, os sessenta líderes de setores pastorais da Arquidiocese — responsáveis, cada um, por cinco e até dez paróquias — estarão reunidos para receber e discutir o material que servirá de base ao trabalho junto às comunidades. A Cúria Metropolitana pretende enviar a Brasília um documento, resultado de uma série de encontros em São Paulo, conclamando os deputados e senadores a rejeitar "a emenda proposta pelo presidente da República que dá ao Congresso o poder constituinte". "Nós vamos nos reunir constantemente para avaliar se a Constituinte está apresentando aquilo que o povo deseja", afirmou o cardeal.

Entre os dias 9 e 11, a Arquidiocese promoveu uma série de debates no



D. Paulo Evaristo Arns concede entrevista

Cardeal recebe medalha "Nansen" em Genebra

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, que completa hoje 64 anos, receberá dia 7 de outubro no Palácio das Nações, em Genebra, a medalha "Nansen", oferecida anualmente pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) às pessoas que se destacaram na defesa dos direitos humanos e na ajuda aos refugiados.

A medalha, segundo o Acnur, é uma homenagem aos "incansáveis esforços de d. Paulo em enfrentar as

raízes dos problemas dos refugiados e procurar erradicá-los, reforçando os direitos humanos básicos, combinando sua visão espiritual com a ação direta neste campo".

A premiação de d. Paulo se deve principalmente ao seu trabalho junto aos refugiados do Cone Sul - Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e, ainda hoje, Chile — que fugiam da repressão nos seus países e, por não querer abandonar a América Latina, vinham para o Brasil.

Colégio Maria Imaculada (Paraíso, zona Sul de São Paulo) e na Catedral da Sé (centro), que reuniram cerca de quatrocentos líderes de comunidades de base e três mil pessoas, para discutir o tema "Fé e Compromisso Social: O Povo de Deus e a

Constituinte". Os trabalhos foram presididos por d. Paulo Evaristo Arns e coordenados por d. Luciano Mendes de Almeida (secretário-geral da CNBB), d. Angélico Sândalo Bernardino (bispo da zona Leste e responsável pela Pastoral Operária) e d.

Antônio Celso Queiroz (bispo da região Ipiranga e da Comissão Pastoral da CNBB). Segundo d. Paulo, a Arquidiocese publicará cadernos contendo o resumo das discussões, abordando os principais temas relacionados à questão da Constituinte, para serem distribuídos às comunidades de base.

Segundo d. Luciano, na perspectiva de uma sociedade justa e fraterna, a futura Constituição deve assegurar a igualdade absoluta de direitos e a liberdade daqueles que são membros desta sociedade. "Entre os direitos indispensáveis à dignidade humana estão os direitos à vida, à terra, à moradia, saúde, educação e participação, o que inclui a colaboração na própria Constituinte e na elaboração da Constituição".

Eleição dos constituintes

Uma das propostas, explica d. Angélico, é a eleição dos constituintes a partir de comissões constituintes municipais, miniplenários eleitos para discutir em sua região a futura Constituição. "O projeto do presidente Sarney coloca o povo fora da Constituinte. O importante é a convocação da Constituinte separada do Congresso que garanta a participação popular. As candidaturas avulsas possibilitam que o povo seja representado eficazmente, não condicionado pelo poder econômico e pelo poder dos partidos", afirma.

Esta é a primeira vez, segundo d. Celso Queiroz, que há no Brasil condições de estimular e assegurar a participação popular na elaboração da Carta Magna do País. "O povo, hoje, tem um mínimo de consciência da importância da Constituinte, está razoavelmente organizado e, saindo de um período autoritário. Há vontade popular de participar da Constituinte" diz ele. "Constituição em que o povo não participa é igual a Constituição em que o povo não tem direitos", sentencia.

ANC 88
Pasta 09/85
042/1985